

ANÁLISE DAS CAUSAS DA EVASÃO EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO TOCANTINS

Michelli Medeiros Cabral Ribeiro¹
José Ambrósio Ferreira Neto²
Marcelo Mina Dias³
Ana Louise Carvalho de Fiúza⁴

Resumo

O presente artigo analisa as causas que promovem a evasão nos projetos de reforma agrária após a conquista da terra, tomando como referência distintas concepções de reforma agrária e garantia de acesso à terra: as ações do INCRA na condução do Plano Nacional de Reforma Agrária que se expressa na implementação de assentamentos rurais e, por outro lado, as ações da chamada reforma agrária de mercado formalizada pela criação dos empreendimentos do Crédito Fundiário. O trabalho foi realizado no assentamento Barranco do Mundo e projeto Provi, localizados no município de Pium na região Centro-Oeste do Estado do Tocantins. A coleta dos dados ocorreu em outubro de 2008 e janeiro de 2009, por meio da utilização de questionários estruturados e entrevistas semi-estruturadas. As causas de evasão constatadas apresentam ligação com as ações do órgão/programa responsável pela criação dos projetos estudados: o Barranco do Mundo a partir da falta ou precariedade de infra-estrutura não viabilizada pelo INCRA e o Provi pelo modelo coletivo de produção, administrativo, econômico e social, imposto às famílias pelo Banco da Terra, assim como também a falta de origem das pessoas selecionadas pelo programa.

¹ Mestre em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa. Email: cabralpesquisa@yahoo.com.br. Endereço: Av 3, Qd 13, Lt 11, Jardim Tocantins I, CE: 77440-030.

² Professor Associado II da Universidade Federal de Viçosa, doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. E-mail: ambrosio@ufv.br. Endereço: Av. P.H. Rolfs, s/nº Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Rural. Campus Universitário 36570-000 - Viçosa, MG - Brasil.

³ Professor Adjunto do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. E-mail: minad@uol.com.br.

⁴ Professora do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. E-mail: louisefiuza@ufv.br.

Palavras-chave: Reforma agrária, assentamentos rurais, evasão.

ANALYSIS OF THE CAUSES OF EVASION IN AGRARIAN REFORM SETTLEMENTS IN TOCANTINS STATE

Abstract

This article discusses the causes that promote evasion in land reform projects after land grant, taking as reference distinct land reform concepts and guarantee to land access INCRA actions in carrying out the Land Reform National Plan expressed by the implementation of rural settlements and, on the other hand, the actions of the so-called market land reform made official through the creation of Crédito Fundiário enterprises. This work was carried out in the Barranco do Mundo Settlement and Provi Project located in the municipality of Pium in the central- western region of the state of Tocantins. Data collection was carried out from October 2008 to January 2009, by applying structured questionnaires and semi-structured interviews. The causes for evasion were found to be associated with the actions of the organ/program responsible for the creation of the projects studied.: Barranco do Mundo, due to poor infrastructure provided by Incra and Provi, due to the collective production, administrative, economic and social model imposed to the families by Banco da Terra, as well as lack of origin of the persons selected by the program.

Keywords: Land grant, rural settlements, evasion.

1. Introdução

A reforma agrária no Brasil⁵ constitui parte da luta contra a concentração de terras improdutivas sob o domínio de uma minoria de proprietários. As ações que desencadeiam na realização da reforma agrária são possibilitadas por políticas públicas que geram os projetos de assentamentos, propiciando aos seus beneficiários passar da condição de sem-terra (ou com pouca terra) a assentado. Contudo, isso não ocorre de forma generalizada no país e o que existe são políticas e ações pontuais que delimitam um espaço restringido para a realização de uma reforma

⁵ Algumas referências sobre reforma agrária utilizadas para dar suporte na dissertação foram: Veiga, 1985; Medeiros, 2002; Incra, 2009; Resende; Mendonça, 2004.

agrária no Brasil, demonstrando números distantes da demanda real por reforma agrária.

Entretanto, para aqueles que conseguem alcançar o “sonho da terra”, e se tornarem beneficiários da reforma agrária trazem consigo expectativas sobre a conquista da terra deixando para trás um quadro de dificuldades dando lugar a um desejado recomeço (Bruno e Medeiros, 2001).

Estudos sobre assentamentos rurais têm possibilitado a compreensão de questões como organização familiar e produtiva, relações mercantis, infraestrutura, qualidade de vida, serviços de assessoria técnica prestados às famílias e problemas enfrentados pelos beneficiários. Tais questões levam a constatar que as famílias mesmo depois do acesso a terra ainda passam por uma série de adaptações à nova condição de vida. No entanto, essas adaptações nem sempre são bem sucedidas e acabam levando à evasão de 20 a 35% das famílias que são assentadas em projetos de reforma agrária e que por muito tempo sonharam e lutaram pela posse da terra (Oliveira, 2007; Sauer e Pereira, 2006; Zinga, 2004; Bruno e Medeiros, 2001).

Após a vivência no cotidiano dos agricultores familiares no período de julho de 2003 a julho de 2006, em alguns projetos⁶ de reforma agrária no Estado do Tocantins foi que surgiu o interesse em compreender melhor os aspectos ligados à vida das famílias beneficiárias. A vivência em cada projeto possibilitou a percepção de diferentes realidades, até então desconhecidas, destacando-se: hábitos alimentares e culturais; tipos de habitação; sistemas de educação; organização produtiva e social. Entre essas, a evasão de famílias após a obtenção da sonhada terra fez parte da realidade de todos os projetos visitados, assim, deixando de ser uma

⁶ A vivência resultou da participação da autora como capacitadora do Pronaf nas temáticas Agroecologia e produção de mudas e Mulheres agricultoras ações afirmativas, nos seguintes projetos: Barranco do Mundo, Pericatu, União II, Astrar, Aprazul, Acopla I, Acopla II, Acopla III, Canedinho, Provi, Riozinho, União e Rio Vermelho (os três primeiros foram criados pelo INCRA e os demais pelo Programa Banco da Terra).

simples coincidência, passando a confirmar a existência de um problema. Diante da implicação social que envolve o tema, o presente trabalho, teve como foco o estudo das causas de evasão e da permanência das famílias beneficiárias de projetos criados a partir de duas concepções de reforma agrária no Estado do Tocantins: o projeto de assentamento (PA) Barranco do Mundo criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pela desapropriação de terras improdutivas; e o Provi⁷ criado pelo programa Banco da Terra por meio da compra de terras.

2. Material e métodos

O trabalho foi desenvolvido nos projetos de reforma agrária Barranco do Mundo e Provi, localizados na região Centro-Oeste do Estado do Tocantins, no município de Pium, distante 120 km de Palmas.

A justificativa pela opção em desenvolver o estudo no município de Pium se deu pelo contato anterior da pesquisadora com o local, uma vez que já havia desenvolvido outros trabalhos⁸ nesta região. Outro ponto levado em consideração para a escolha foi o potencial do município para realização da reforma agrária por apresentar elevada concentração de terras, sendo que 11,34% dos produtores detêm aproximadamente 60% da área total dos imóveis rurais. Para a seleção dos projetos foi levada em consideração (além de contatos anteriores com as famílias) a época de criação, uma vez que se encontra entre os mais antigos nas mesmas modalidades de reforma agrária: o Barranco do Mundo criado pelo INCRA e o Provi criado pelo programa Banco da Terra.

Os instrumentos utilizados para a coleta dos dados foram questionários estruturados e entrevistas semiestruturadas. A aplicação de tais instrumentos ocorreu entre abril e junho de 2008. Foram elaborados

⁷ Provi trata-se do nome do projeto de reforma agrária estudado neste trabalho, sendo a sigla da Associação Trabalho Vida e Prosperidade, a qual foi criada pelas famílias beneficiárias antes mesmo da obtenção da terra.

⁸ A pesquisadora já havia desenvolvido atividades de assistência técnica e extensão rural em projetos de reforma agrária do município de Pium e educação ambiental para comunidade urbana.

dois modelos de questionários de forma a otimizar a coleta de informações. Um contendo 75 questões de âmbito geral, abordando temas como: dados do entrevistado e do grupo familiar; atividades desenvolvidas; condições de infraestrutura do lote (estradas, transportes, água e esgoto, energia elétrica), apoio do estado; organização interna, apoios e alianças; renda das famílias; incentivos financeiros; e direcionamento de evasão e permanência. Outro contendo 28 questões, abordando temas ligados à infraestrutura dos projetos como: saúde; escola; estradas e transportes; água e esgoto e energia elétrica.

O primeiro modelo de questionário foi direcionado aos beneficiários legais de ambos os projetos de reforma agrária e em caso de ausência dos mesmos, foram entrevistados seus cônjuges ou filhos com idade superior a 21 anos. Já o segundo foi direcionado aos “informantes-chave”, lideranças e presidentes das associações, solicitando respostas com informações ligadas à história do projeto. A seleção de tais informantes ocorreu a partir da indicação de entrevistados participantes do primeiro questionário, que sugeriram informantes que pudessem caracterizar historicamente a trajetória de ambos os assentamentos. Participaram dois informantes-chave de cada projeto de reforma agrária: os presidentes de associações e beneficiários mais antigos em termos de tempo de moradia.

As entrevistas semiestruturadas elaboradas com o objetivo de levantar informações sobre causas de evasão e permanência foram direcionadas a dois públicos distintos: os moradores dos projetos⁹ e as pessoas que se evadiram¹⁰. Além da coleta formal de dados com questionários e entrevistas, as conversas informais¹¹ e a observação a partir

⁹ No início da pesquisa, o objetivo era entrevistar apenas quatro pessoas de cada projeto, porém com a chegada ao campo, optou-se por entrevistar todas as pessoas que participassem do questionário geral.

¹⁰ Inicialmente a intenção era encontrar o máximo possível de pessoas evadidas dos projetos para realizar as entrevistas e aplicar questionários, porém devido à dificuldade para localizar essas pessoas estabeleceu-se a meta de duas pessoas evadidas por projeto.

¹¹ Aqui denominamos “conversas informais” as que ocorreram durante o período em que estivemos presente nos projetos de reforma agrária, tendo sido fundamentais para o processo de sociabilização e geralmente ocorriam nas casas visitadas.

do contato com as famílias serviram como instrumentos para compreender o universo no qual estão inseridos as ideias e os posicionamentos particulares sobre as condições de vida, evasão e permanência nos projetos.

A aplicação dos questionários e entrevistas foi realizada no mês de outubro de 2008. Em virtude da demanda por informações mais detalhadas, como alguns dados pessoais dos participantes, tornou-se necessária uma segunda incursão para coleta de dados em ambos os projetos, o que ocorreu no mês de janeiro de 2009.

2.1. Detalhamento da coleta de dados

O acesso aos assentamentos ocorreu por meio de deslocamento da sede do município de Pium pela estrada Transjavaés em direção à ilha do Bananal, uma vez que a distância para o Provi é de aproximadamente 9 km e para o Barranco do Mundo 120 km.

Levando em consideração que as famílias já estavam sensibilizadas¹² quanto à realização da pesquisa, chegando aos assentamentos, iniciou-se um planejamento para coleta dos dados, com a finalidade de analisar a melhor forma de percorrer o interior do projeto em busca dos informantes. Uma vez que os assentamentos apresentam diferenças (infraestrutura, disposição e distância das casas e número de famílias) que impuseram logísticas da coleta de dados distintas para cada casos.

No Barranco do Mundo como as casas se localizam tanto na agrovila quanto nos lotes¹³, optou-se por uma amostragem que combina o tipo acidental, pelo encontro fortuito de informantes no assentamento, com a identificação de informantes-chave. Num universo de 55 famílias residentes no assentamento, a amostra da pesquisa contemplou a aplicação de 21 questionários e realizadas 21 entrevistas, correspondendo a 38% do total.

¹² O processo de sensibilização quanto à realização da pesquisa nos dois projetos de reforma agrária aconteceu em dezembro de 2007 por meio de visitas de campo e em junho de 2008 no Provi através de telefonemas confirmando data prevista para viagem de coleta de dados.

¹³ Alguns lotes possuem distância de até 8 km em relação às casas da agrovila.

A disposição das casas do Provi em formato de agrovila, dispostas ao longo de uma estrada e distância de 30 m entre as casas, facilitou o encontro direto com os possíveis informantes e pessoas de referência no projeto. No universo de 13 famílias participaram um total de 11, em virtude do tamanho da população, desta forma a amostra realizada representa 84,6%.

Quanto às entrevistas das pessoas que se evadiram, foi possível a localização de duas. Os horários e locais da aplicação dos questionários e das entrevistas variaram muito em função da disponibilidade das pessoas, sendo aplicados ora nas roças, em horário das atividades, ora em suas casas nos intervalos das atividades, ou à noite no período de descanso. Algumas famílias responderam aos questionários enquanto trabalhavam, se alimentavam ou até mesmo descansavam.

2.3. Tabulação e análise dos dados

Os dados obtidos pela aplicação dos questionários foram utilizados para confecção de um manual de codificação, de maneira que são digitados e organizados por variáveis dentro dos temas investigados na pesquisa atribuindo um código para cada resposta. Posteriormente confeccionou-se uma planilha (no programa Excel) por meio da digitação de um código para cada resposta dentro das variáveis. Em seguida, a planilha recebeu o tratamento estatístico pelo programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Nesta pesquisa, o SPSS foi utilizado para contagem de frequências nas diversas variáveis estudadas. A apresentação dos dados foi realizada na forma de porcentagem, sendo expressos na forma de gráficos.

Quanto à análise dos dados obtidos nas entrevistas que continham informações sobre evasão e permanência, ela foi possibilitada após sua transcrição para melhor utilização analítica.

O trabalho foi orientado por uma perspectiva metodológica de caráter comparativo e se justifica pela busca de fatos explicativos para as

diferenças e/ou semelhanças entre os projetos estudados em torno das causas de evasão e permanência levantadas.

Para análise de evasão, foi necessário estabelecer a utilização de um conceito para evidenciar a ocorrência em ambos os projetos. Neste sentido, considera-se evasão a saída das famílias dos lotes, abandono e desistência (Bruno e Medeiros, 2001; Mello, 2007), assim como também a venda ou troca de lotes, desde que o responsável pelo lote não resida no projeto.

Para a obtenção dos valores percentuais da evasão em ambos os projetos, foram consideradas saídas das famílias registradas no período posterior à formalização legal do projeto de reforma agrária (resolução ou portaria), que geralmente ocorre em data posterior à data da chegada das famílias a terra, da mesma forma como estabelecido na pesquisa de Bruno e Medeiros realizada em 2001. A obtenção do percentual de evasão em ambos os projetos foi baseada pelo cálculo da diferença entre os números de beneficiários assentados na criação do projeto a partir da relação de beneficiários inicial (RB_I)¹⁴ e o número destes beneficiários remanescentes (RB_R), resultando no total de beneficiários que evadiram projeto (RTB_E). Em seguida, pela aplicação da propriedade matemática da proporção obteve-se o percentual de famílias que evadiram (%E), conforme descrito nas equações (1) e (2).

$$RB_I - RB_R = RTB_E \quad \%E = \frac{RTB_E * 100}{RB_I}$$

As informações necessárias para o cálculo do percentual de evasão têm origem na relação de beneficiários fornecida pelo INCRA e Crédito Fundiário. Outra fonte de informação que transmite confiabilidade nos dados é a listagem de beneficiários cedida pelos presidentes das associações dos projetos em estudo, assim como também, os relatos de

moradores mais antigos, dando veracidade aos nomes das famílias que de fato foram assentadas e as que permaneciam até a data da pesquisa.

3. Resultados e Discussões

No texto que segue, serão apresentadas as porcentagens e as possíveis causas de evasão e permanência verificadas nos projetos de reforma agrária estudados. Na apresentação das causas de evasão, optou-se pela divisão em dois grupos: as famílias que moram no assentamento opinando sobre as causas que levaram a evasão, apresentado no tópico intitulado “a voz de quem está dentro” e os relatos das famílias que evadiram apresentado no tópico “a voz de quem saiu”. Para apresentação das causas da permanência foi feita exposição da opinião de famílias que permanecem morando nos projetos em tópicos intitulados como “a voz de quem está dentro”.

3.1. PA Barranco do Mundo

No PA Barranco do Mundo foi verificada uma evasão de 71,4%. Mesmo que em contextos e períodos diferentes, o percentual de evasão encontrado no PA Barranco do Mundo é 2 a 3 vezes maior que a média encontrada em alguns trabalhos citados pela literatura sobre o tema. Em assentamentos do Rio Grande do Sul estudados por Mello (2006), foi encontrada uma evasão igual a 22%. Num estudo com maior amplitude geográfica desenvolvido por Bruno e Medeiros (2001) em 22 estados brasileiros, a porcentagem média de evasão foi igual a 27,9%. Contudo, no estudo que originou o primeiro censo da reforma agrária brasileira foram constatados diferentes índices de evasão em função do período de criação do assentamento, sendo um índice de 35% em assentamentos mais antigos

¹⁴ A relação de beneficiários considerada neste trabalho como inicial, refere-se à primeira lista das famílias que de fato foram assentadas.

e de 0 a 20% em assentamentos recém-criados (Brasil, 1997). O mesmo trabalho relata que esta variação entre os índices tende a aumentar em assentamentos do Norte do país. Neste sentido, a alta evasão no PA Barranco do Mundo é corroborada por Brasil (1997).

3.1.1. Evasão: a voz de quem está “dentro”

As respostas das famílias que permanecem sobre as causas de evasão ocorridas no PA Barranco do Mundo foram: problemas de infraestrutura existentes no assentamento (33,3%); origem não rural ou inexperiência com atividades agrícolas (28,5%); interesse em financiamentos concedidos ao público da reforma agrária e inexperiência com atividades agrícolas (4,8%); busca por outras oportunidades fora do projeto (4,8%); e desconhecem as causas (28,6%). Segundo as famílias, a “saída, evasão ou desistência” ocorre frequentemente desde o primeiro ano em que o assentamento foi criado.

A realidade vivenciada pelas famílias, principalmente as que não moram na agrovila, demonstra os problemas de infraestrutura existentes no assentamento, relacionados à falta de acesso à água, energia elétrica, transporte, serviços de ensino para todas as pessoas e telefonia. A falta ou precariedade de infraestrutura como fator de evasão em projetos da reforma agrária é citada pela maioria dos autores que analisaram essa questão em assentamentos rurais (Incrá, 1996; Bruno e Medeiros, 2001; Martins, 2003; Zinga, 2004; Sauer e Pereira, 2006; Oliveira, 2007). Problemas quanto à infraestrutura como fator para evasão é resultado do não cumprimento das funções dos órgãos responsáveis pela criação de projetos de reforma agrária ou a criação de forma diferente da vontade das famílias assentadas, principalmente no que diz respeito à disponibilidade de água, energia elétrica, moradia, transportes e serviços de ensino. No PA Barranco do Mundo por decisão tomada pelo INCRA foi implantado um sistema de agrovila, onde as casas foram construídas em distância de até 12 km em

relação a alguns lotes. Essa distância tornou o deslocamento cansativo ao longo do tempo para as famílias levando a optarem pela moradia direta nos lotes mesmo em mínimas condições de sobrevivência, como acesso a água, energia elétrica, estradas e transporte. No local do assentamento a precipitação pluviométrica é sazonal e concentrada em cinco meses, com elevada deficiência hídrica no restante do ano. A implantação de medidas compensatórias como irrigação e abastecimento de água para animais é limitada pela falta de acesso a energia elétrica. Nesse contexto, mesmo tendo casas na agrovila a terra não apresenta continuidade da capacidade de manutenção das famílias durante todo o ano, o que mesmo se tivesse produção, também não teria capacidade para escoar. Assim, torna factível a relação entre infraestrutura e evasão neste assentamento.

A segunda maior causa de evasão apontada pelos moradores entrevistados foi origem não rural e inexperiência (total ou pouca) com atividades agrícolas por parte de famílias que entraram no PA Barranco do Mundo. De acordo com as famílias entrevistadas evidencia-se a importância de um vínculo e/ou experiência anterior com as atividades desenvolvidas no meio rural, assim como também a presença de público distinto daquele para o qual a reforma agrária é destinada. Causas semelhantes de evasão em assentamentos rurais foram verificadas por Zinga (2004), baseado na ótica da Emater e da Secretaria Municipal da Agricultura de Campos de Goytacazes, RJ, sobre a desistência de famílias beneficiárias da reforma agrária, acentuando-se a necessidade de implementação de um processo seletivo provido de ferramentas mais eficazes para avaliação dos futuros beneficiários em projetos de assentamentos do INCRA.

Abramovay (2004) fez considerações a respeito do “sucesso do sistema” se referindo à política de reforma agrária, instigando a percepção de uma preocupação maior por parte do governo relacionada à quantidade de trabalhadores assentados, dando brecha às ações dos movimentos sociais quando estimulam à formação de acampamentos, demonstrando que morar sob a lona é compensador sob a perspectiva da obtenção da

terra. Porém tal dinâmica impede que o processo de seleção das famílias responda a critérios de qualidade. O mesmo autor aponta ainda que “a alta evasão verificada nos assentamentos deva ter alguma relação – embora isso não explique tudo - com esta dinâmica de criação de assentamentos”.

Apesar de representar pequena contribuição entre as causas de evasão o “interesse em financiamentos” é evidenciado a partir da convivência das famílias permanentes com pessoas que entraram, aguardaram a liberação de créditos e posteriormente abandonaram o projeto. Causas de evasão a partir de ações desta natureza também foram verificadas em assentamentos do INCRA por Zinga (2004), pela venda dos lotes. Tais informações levam à reflexão na busca de respostas como: por que uma pessoa após conquistar o tão sonhado “pedaço de terra” o venderia?

A resposta para esse questionamento pode estar relacionada a aspectos ligados ao processo de seleção que permite a entrada de famílias sem vínculo com a terra, mesmo tendo declarado essa informação durante o processo seletivo do INCRA, quando passam a vivenciar as difíceis e diversas condições de vida no assentamento, percebem que essas condições não são de fácil adaptação. Por outro lado, evidencia-se a presença de novos demandantes por terras com outras trajetórias e experiências de vida, correspondendo às mudanças que o cenário rural vem apresentando nas últimas décadas (Carneiro, 1998)

Segundo os moradores, muitas causas de evasão poderiam e podem ser evitadas caso algumas melhorias ocorram no assentamento, como acesso aos meios de comunicação, transporte, assistência técnica, escola no projeto e pessoas motivadas para trabalhar.

Os relatos das famílias do PA Barranco do Mundo no decorrer da aplicação dos questionários e entrevistas ilustraram a necessidade e a importância de tais melhorias para a comunidade, a maioria (85%) das melhorias apontadas como necessárias estão relacionadas principalmente a aspectos de infraestrutura. Esse tipo de realidade é também citada por

Marques (2004), quando relata que “o Estado distribui terras, mas não investe o recurso necessário num planejamento a longo prazo”. Desta forma, apenas possibilitar o acesso a terra, sem propiciar condições mínimas para sobrevivência, não garante a permanência do homem na terra. No caso do Barranco do Mundo é importante lembrar que os poucos itens que sinalizam a uma infraestrutura fica restrito aos moradores da agrovila. No que se refere a estrutura física da casa, muitos assentados reclamam que a idéia e decisão pela construção casa na agrovila não lhe fornece grande ajuda, já que a maioria mora no lote. A decisão pelo local de moradia desencadeia outras conseqüências, como por exemplo, para quem mora na agrovila e trabalha no lote de produção, isso só torna um fardo mais pesado ao final de um dia de serviço árduo. Alguns assentados chegam a questionar: morar no lote, sem infraestrutura e produzir ou morar na agrovila, ter um mínimo de conforto e produzir menos. Pensando no caso de uma família que mora na agrovila e possui seu lote localizado a 12 km da mesma, estima-se que uma caminhada num percurso com esta distância pode levar até duas horas, assim, ser-se-iam perdidas pelo menos quatro horas de serviços por dia, o equivalente a 50% do tempo de serviço diário. Em situações como estas, analisa-se que a decisão para implantação de agrovila, pode além de impedir condições mínimas de sobrevivência, causar um prejuízo no que se refere à produção e possível acumulação de bens em 50%, já que no caso exemplificado anteriormente a família gastaria 50% do seu tempo diário realizando a locomoção entre a agrovila e o lote.

A convivência com as famílias deste projeto de assentamento no decorrer da pesquisa tornou perceptíveis os problemas enfrentados no seu cotidiano, destacando-se a falta de transporte, uma vez que a ausência deste dificulta, e em alguns casos, como por exemplo, idosos, crianças e mulheres grávidas são impedidas da locomoção nos percursos mais longos, dentro e fora do assentamento. Ressaltando que dentro da área do Barranco do Mundo alguns lotes ficam distantes da agrovila até 12 km e que deste ponto ao local com maior trânsito de veículos a distância é de

aproximadamente 20 km. Para tanto, o deslocamento ocorre na maioria dos casos por meio de bicicletas e a pé, em menor proporção ocorre também pelo aluguel dos poucos veículos existentes no assentamento, não suprimindo a demanda por transportes de todas as famílias. Outro problema de grande impacto é a falta de acesso aos serviços de telefonia fixa ou móvel, impossibilitando a comunicação com familiares que moram em outras localidades, assim como também impedindo a negociação de compra e venda de produtos em outras áreas.

A realidade de morar em um local distante de centros urbanos, de difícil acesso e sem serviço de telefonia, promoveu a insatisfação e gerou o arrependimento por parte de algumas famílias quanto à moradia no assentamento. Impossibilitadas de exercer o direito de ir e vir e sem acesso a meios de comunicação, as famílias passam a ter outras prioridades que vão além do sonho da obtenção da terra, reforçando a importância do planejamento e a realização de atividades previstas na fase de implantação do assentamento, visando, além do acesso à terra, garantir infraestrutura básica e promoção de qualidade de vida às famílias beneficiárias de projetos de reforma agrária.

3.1.2. Evasão: a voz de quem “saiu”

A partir da indicação das famílias que permanecem no assentamento foi possível entrar em contato com duas pessoas que se evadiram, sendo oportuno para conhecer os motivos que as levaram à evasão. Os relatos colhidos a partir de entrevistas permitiram evidenciar que as causas de evasão estão ligadas a “questões pessoais, familiares e casos de doença”, em ambas as situações investigadas.

O primeiro caso verificado trata de uma senhora que morou no projeto por mais de cinco anos e diante de problemas conjugais ligados ao alcoolismo do companheiro durante todo o período em que viveu no assentamento, não viu outra possibilidade a não ser “ir embora”. Durante a

conversa com ela, ficou claro seu sentimento para com o assentamento: “*Sempre gostei de lá. Foi lá que consegui ter uma terra*”. Entretanto, os problemas conjugais foram superiores a tais sentimentos, e a decisão pela permanência no assentamento representava risco de morte para a assentada.

O caso apresentado acima evidencia a “evasão” como resultado de um problema familiar, já que a ex-moradora convivia com o alcoolismo do companheiro que sempre ocasionava situações de violência¹⁵. Neste caso, a saída do assentamento foi vista como a solução para os problemas que vivenciava.

Relembrar a vida no projeto e falar da saída emocionou a ex-beneficiária, demonstrando ainda uma forte ligação afetiva com o assentamento, afirmando “gostar” do local, mesmo com o problema da distância, pois, “viver a 120 km da cidade e sem transporte para sair quando necessário, não era fácil”. Afirmou ainda só ter saído porque não tinha outro jeito, viver com o companheiro “colocando-a pra correr e vendendo tudo pra comprar cachaça não dava mais”.

Um fator agravante no caso exposto acima é que a saída do assentamento tinha a finalidade de erradicar problemas pessoais, colocando em evidência outros de origem financeira, como, por exemplo, a impossibilidade do pagamento da dívida adquirida em seu nome, decorrente dos créditos acessados no período em que viveu no assentamento. Para a ex-moradora, a situação é complicada, pois mesmo reconhecendo a importância do pagamento não vê tal possibilidade a partir da renda que possui, por outro lado, o ex-companheiro¹⁶ que permanecia na terra com o objetivo de vendê-la, não demonstra intenção de saldar a dívida.

¹⁵ Estudo realizado no Barranco do Mundo por Cabral (2003) revelou que 73% das mulheres deste assentamento haviam sido vítimas de algum tipo de violência, praticada em 100% dos casos por maridos/companheiros.

¹⁶ Na primeira etapa de coleta de dados da pesquisa o referido “ex-companheiro” encontrava-se no assentamento, mas já com o objetivo de vender irregularmente o lote, porém na segunda vez que retornamos ao campo o mesmo já não se encontrava. Na RB do INCRA do mês de dezembro de 2009, já não constava o nome do casal.

No segundo caso de “evasão” investigado, observou-se que o referido entrevistado não se considerava como “evadido/desistente” como informaram as famílias do assentamento. Tratava-se então de um senhor, morador há mais de oito anos no projeto e que, por problemas de saúde da esposa, precisou se “afastar temporariamente do Barranco”, como ele mesmo explica, em busca de tratamento para a doença.

O afastamento da família por dois anos, decorrente do tratamento de saúde, fez com que fosse visto pelos moradores do projeto como uma pessoa que foi “embora, saiu, não mora mais aqui”, como não sendo mais integrante daquele projeto, independentemente de manter seus pertences e ir algumas vezes durante o ano no assentamento, não evidencia para as famílias expectativa de regresso por parte do mesmo.

O fato de possuir uma casa na cidade demonstra para as famílias do assentamento intenção em se firmar na cidade e não voltar mais. Porém, de acordo com seu relato, percebe-se o valor simbólico atribuído ao projeto, à vida e à ligação às atividades agrícolas e de criação de animais. Apesar de demonstrar interesse em retornar, a família não tem previsão exata para voltar ao assentamento, sendo a condição para tal o término do tratamento da esposa. Enquanto isto, a família vive em situação de extrema dificuldade, já que a renda da família se pauta no benefício previdenciário (auxílio-doença) concedido pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), sendo considerado pela família baixo para viver na cidade.

Segundo funcionários do INCRA Tocantins (SR 26) analisando o caso exposto acima do ponto de vista formal, é impossível uma pessoa ficar afastada por dois anos do assentamento. Este período caracterizaria a fase de retomada do lote por parte do órgão. No entanto, pelo caso específico deste assentado podemos dizer que sua versão de “afastamento apenas durante o tratamento da esposa e continuidade de moradia no assentamento” é verdadeira, uma vez que ao acessarmos a RB de dezembro de 2009 constatamos a presença de seu nome.

A partir das conversas e dos relatos obtidos das pessoas que “saíram” do assentamento foi possível verificar a identidade das mesmas com o local e sentimento de arrependimento, no entanto, não deixaram de incitar a existência de problemas ligados à infraestrutura. A presença do Estado por meio do acesso ao transporte com regularidade propiciaria o deslocamento da pessoa doente até o local do tratamento, acesso à segurança policial e/ou à organização dos assentados poderia evitar os casos de violência e do afastamento de toda a família, caracterizando a evasão.

3.2. PRA Provi

Os casos de evasão verificados no Provi que ocorreram entre o primeiro e quinto ano após a criação do projeto corresponderam a 80%. Um percentual elevado se comparado a alguns trabalhos da literatura (Bruno; Medeiros, 2001; Mello, 2006; Incra, 1996). Ressalta-se que a maioria dos trabalhos que aborda a temática da evasão desenvolve trabalhos em assentamentos do INCRA, apresentando especificidades em relação ao caso aqui abordado.

3.2.1. Evasão: a voz de quem está “dentro”

Dentre as causas apontadas para evasão na opinião das famílias que moram no PRA Provi, 40% relatam a origem não rural; 20% interesses nos financiamentos concedidos ao público da reforma agrária e inexperiência com atividades agrícolas; 10% percepção da impossibilidade de pagamento da dívida a partir da renda gerada pela família no PRA; 10% ausência de recursos financeiros para manter a família no PRA; 10% problemas relacionados à documentação irregular e 10% desconhecem os motivos das evasões ocorridas.

A maior contribuição para a evasão entre as causas citadas a “origem não rural” é apresentada pelos moradores residentes em função das percepções obtidas durante o convívio diário com os ex-beneficiários. Alguns dos entrevistados relataram que os ex-beneficiários comentavam a falta de conhecimento/experiência com atividades agrícolas, não estavam aptas e dispostas para seu desempenho. Para os atuais moradores é importante que os futuros beneficiários da reforma agrária tenham experiência, ou pelo menos, conhecimento das atividades que serão desenvolvidas nos lotes. A partir destas afirmações verifica-se a necessidade de critérios de seleção que priorizem aspectos qualitativos, identificando beneficiários que possuam afinidades com as atividades desempenhadas em projetos de reforma agrária, geralmente correspondentes à agropecuária.

As causas apontadas pela presença de pessoas com “interesse nos financiamentos e sem experiência com atividades agrícolas” pode estar relacionado a problemas nos critérios de seleção das famílias uma vez que não tem condições de avaliar o histórico dos demandantes por terra, de forma que permita a entrada de pessoas que não tem o real interesse na terra, mas a intenção de acessar créditos, apontando para uma fragilidade da política de reforma agrária, permitindo que seja utilizada com esta finalidade, restringe desta forma o acesso a terra por parte de sem-terras engajados na luta pela reforma agrária.

Problemas quanto à seleção de beneficiários da RAM foram verificados por Domingues Neto (2004) no programa Cédula da Terra, quando destacou erros no processo de seleção, evidenciando a participação de políticos no processo de seleção, sendo impossível evitar a influência de terceiros no processo, direcionando benefícios para pessoas que não se “enquadravam” nas exigências do programa.

Outra causa para evasão apontada pelas famílias refere-se a pessoas que por não possuírem uma estrutura financeira (renda ou reservas) para manter a família até o momento da primeira colheita, não

conseguem permanecer. Tal causa A causa de evasão apontada anteriormente ocorre principalmente para famílias que entraram num momento posterior, com a finalidade de ocupar a vaga de pessoas que haviam evadido e que não possuíam o mesmo apoio financeiro em relação às famílias que participaram de todas as fases de criação e implementação do projeto. Assim verifica-se então a presença de irregularidades do programa, uma vez que permite a entrada de outros beneficiários sem proporcionar as mesmas condições em relação às obtidas por outras famílias no início do projeto, dificultando a permanência destas na terra.

A irregularidade de documentos, apontada como causa de evasão, ocorre para famílias que entraram num momento posterior à criação do PRA, preenchendo a vaga de pessoas que já haviam evadido. Neste caso, trata-se de pessoas que informadas sobre a existência de “lotes” disponíveis no projeto, realizam a compra do “direito de lote”, como uma possibilidade de possuir a terra. Assim, após entrar percebem ser portadores de documentos irregulares ou não atender às exigências do programa, impossibilitando-os de permanecer no projeto.

A saída de famílias, decorrente da percepção da impossibilidade de pagamento da dívida a partir da renda gerada no projeto, está relacionada ao modelo coletivo no qual o projeto foi criado. As atividades produtivas desenvolvidas coletivamente, em área destinada para esta finalidade, são vistas como um dos principais problemas no projeto. Assim, as famílias se forçam a desenvolver tais trabalhos, uma vez que não possuem área individual suficiente para exploração agrícola, restando apenas o fundo das casas correspondente a 0,5 ha por família. O principal desejo dos moradores do Provi é desenvolver atividades com “interesses individuais em áreas individuais”, pois a impossibilidade de colocar em prática seus anseios, os impede de executar atividades e/ou métodos adquiridos ao longo da vida, de expressar conhecimentos de um modo de vida particular. Dessa forma, estas pessoas são privadas de liberdade, demonstrando uma

fragilidade por parte do programa de reforma agrária, neste caso, o Banco da Terra.

No trabalho de Zimmermann (1994), que discute a dinâmica interna do processo da organização social e produtiva de um assentamento de reforma agrária por desapropriação no Rio Grande do Sul, foi possível levantar diferentes formas de organização grupal para produção. Este autor observou a partir do “projeto do ser coletivo” a promoção da autossuficiência e autonomia para assentados, a partir do momento em que eles perceberem e sentirem interesse em assim se tornarem. Fazendo um paralelo do trabalho de Zimmermann e a realidade verificada no Provi, ressalta-se que a tentativa de um projeto coletivo iniciada a partir da proposta dos dirigentes do programa não promoveu o sentimento do ser coletivo às famílias envolvidas, uma vez que a ideia não partiu delas, sendo esta a explicação para o não bom funcionamento e a rejeição da “área e sistema de produção coletiva” neste projeto.

No contexto geral, as causas de evasão apontadas pelas famílias entrevistadas no Provi estão relacionadas à seleção inadequada dos beneficiários, uma vez que o programa permite a presença de pessoas que não se enquadram nas normas de um projeto de reforma agrária conduzido pelo mercado.

Outras causas com menor contribuição para evasão no Provi estão ligadas às questões administrativas como irregularidades de documentos e falta de estrutura financeira para se manterem inicialmente no projeto.

Para os atuais moradores, as causas de evasão podem ser atenuadas caso algumas mudanças sejam implementadas no Provi, como: divisão da terra em lotes individuais para cada família; financiamentos e apoio do governo; infraestrutura; seleção de beneficiários; e menor tempo de liberação de créditos.

Os relatos obtidos nas entrevistas evidenciaram a importância da divisão da terra, uma vez que ela apresenta correlação com as causas de evasão originadas na coletividade imposta pelo programa, explicitando

novamente a falta de experiência das famílias com este tipo de organização. Neste sentido, verifica-se que, além do acesso a terra, é importante permitir a efetiva participação das famílias nas fases do projeto, principalmente sobre as atividades que serão desenvolvidas por elas, assim como também disponibilizar financiamentos, sendo uma forma de apoio por parte do governo.

3.2.2. A voz de quem “saiu”

Com base nas entrevistas realizadas¹⁷ com dois ex-moradores do Provi, foi possível verificar que as causas para evasão estão relacionadas ao modelo coletivo de organização social, econômico e produtivo, sendo este um formato característico de projeto da reforma agrária de mercado, pelo menos na forma de aquisição da terra.

Os relatos obtidos pelas entrevistas possibilitam melhor entendimento sobre as causas da evasão dos ex-moradores, assim como também o sentimento de desaprovação que têm em relação ao modelo de organização das famílias quando faziam parte do PRA. Num projeto de reforma agrária em que a principal área para trabalho agrícola é coletiva e que a forma de organização por meio de associação é um procedimento “obrigatório” às famílias, a falta de interação e a concordância entre os associados passa a ser um motivo crucial para a tomada de decisão quanto à saída ou a permanência no projeto. Em geral os relatos explicitaram insatisfação quanto ao modo de produção e trabalho coletivo, assim como também sobre a falta de organização no trabalho coletivo, já que somente alguns trabalham. Infere-se que a falta de experiência das famílias neste tipo de organização coletiva, previamente imposta, interferiu negativamente

¹⁷ As entrevistas foram realizadas em outubro de 2008 na cidade de Paraíso do Tocantins numa Praça pública conhecida como Praça do Banco do Basa, sendo este o local atual de trabalho dos ex-moradores atuando como comerciantes de comida caseira típica da região (chambari) e sucos naturais.

na vida das famílias causando desalento e, conseqüentemente, motivos para evasão.

Por outro lado, mesmo com a insatisfação quanto aos aspectos de vida no PRA, percebe-se ao longo da entrevista o descontentamento pela saída/desistência, não necessariamente pela saída do Provi, mas pela oportunidade de retornar a viver na roça, já que apresentaram forte vínculo com a terra ao longo das entrevistas, afirmando ainda ter vontade de “possuir uma terra”. Contudo, quando o assunto é o retorno ao Provi, as pessoas apresentam predisposição, com a condição de que a terra seja dividida. Infere-se haver uma imagem negativa e até mesmo uma repulsa por projetos de reforma agrária que priorizem lotes coletivos, sem que seja anteriormente analisada a predisposição das famílias. Nos relatos acima, observa-se que modelo de assentamentos que priorize lotes coletivos deixou imagem e, ou, sentimento negativo, uma vez tendo se tornado mais forte que o próprio sonho de “obter uma terra”, já que as famílias sonhavam em ter a sua própria terra e não dividi-la entre as demais, o sonho da terra neste caso, imprime-se na obtenção do lote individual.

Destarte, infere-se que a principal causa da evasão apontada pelos ex-moradores está fundamentada nas diversas formas do “coletivo” presente na vida das pessoas no Provi, seja na organização do trabalho, social, administrativa e financeira. Sendo assim, infere-se que a causa de evasão exposta anteriormente tem como principal agente os dirigentes do programa “Banco da Terra”, responsáveis pela criação do projeto, pela implantação do modelo “coletivo”, sem avaliar previamente a experiência e a predisposição das famílias que tiveram acesso a terra com este modelo.

3.3. Análise comparativa das causas de evasão e permanência entre o PA Barranco do Mundo e o Projeto Provi

Dentre as causas de evasão levantadas nas entrevistas e questionários entre os moradores dos projetos Barranco do Mundo e Provi

foi possível identificar semelhanças e diferenças entre os projetos de reforma agrária Barranco do Mundo e Provi (Quadro 1).

As causas de evasão verificadas em ambos os projetos e que apresentam semelhança entre si foram: origem não rural; inexperiência com atividades agrícolas; Interesse nos financiamentos concedidos ao público da reforma agrária.

Quadro 1 – Causas de evasão: PRA Barranco do Mundo e Provi, Pium, TO, 2008

Barranco do Mundo	Provi
<ul style="list-style-type: none"> – Origem não rural; – Inexperiência nas atividades agrícolas; – Interesse nos financiamentos concedidos ao público da reforma agrária; – Problemas de infraestrutura; – Busca por outras oportunidades fora do assentamento. 	<ul style="list-style-type: none"> – Origem não rural; – Inexperiência nas atividades agrícolas; – Interesse nos financiamentos concedidos ao público da reforma agrária; – Percepção da impossibilidade de pagamento da dívida a partir da renda gerada no PRA; – Ausência de recursos financeiros para manter a família no PRA¹⁸; – Documentos irregulares.

Ainda que as famílias tenham atribuído como principal causa para evasão a “origem não rural”, os dados com relação à experiência das famílias que atualmente vivem no assentamento apontam para uma estreita relação com atividades agropecuárias, uma vez que 90% afirmam desenvolver tais atividades “desde que nasceram”. Considerando que não foram obtidas informações a respeito da maioria das famílias que evadiram e com base apenas nas informações dos presentes moradores do PRA,

¹⁸ Refere-se à falta de recursos financeiros para manter a família no projeto de reforma agrária até início da obtenção de renda com as atividades agrícolas iniciadas no lote.

infiere-se algumas hipóteses em relação à causa de evasão mais proeminente: a primeira é que se existe um percentual tão elevado de pessoas com experiência agrícola, demonstra que o processo de seleção tem priorizado tais características, evidenciando que talvez as pessoas que evadiram poderiam possuir tal qualificação; a segunda é que as pessoas que não possuíam experiência de fato evadiram e permaneceram aquelas que apresentavam tal experiência, e por último evidencia-se a existência de um novo público para reforma agrária. Tais hipóteses só poderiam ser confirmadas caso fossem encontradas todas (ou pelo menos a maioria) as famílias que evadiram deste projeto de reforma agrária, a partir do levantamento sobre a real origem e consequentemente experiência com atividades agrícolas.

O “interesse em financiamentos”, como uma das causas de evasão comum em ambos os projetos, apresenta um fator agravante quando se comparam os modelos de projetos de reforma agrária estudados. No Provi, por se tratar de um projeto do Banco da Terra, a concessão dos créditos também ocorre para o grupo, da mesma forma é gerada uma dívida em conjunto, neste sentido a entrada de pessoas que visem ao interesse em tais créditos e posteriormente saiam do projeto, transferem a dívida do componente evadido aos demais que permanecem. Durante o levantamento das informações, foi possível perceber que as famílias não tinham dimensão da responsabilidade financeira ao assinar um contrato de aquisição de terra em grupo nesta modalidade de reforma agrária, evidenciando a falta de informações às famílias sobre o que é efetivamente o Banco da Terra. Diferentemente, no PA Barranco do Mundo, os créditos são concedidos individualmente, mesmo que o recurso saia no nome da associação, apenas o contratante se responsabiliza pela dívida. Assim sendo, outras famílias não são diretamente prejudicadas com a evasão de outras pessoas.

As causas de evasão levantadas referente apenas ao PA Barranco do Mundo foram os problemas relacionados à infraestrutura e a busca por outras oportunidades de vida fora assentamento. As mesmas apresentam

os aspectos quanto à precariedade de infraestrutura com destaque para falta de acesso a transportes, água, energia elétrica, escolas e serviços de telefonia. Contudo, estas mesmas causas de evasão foram relatadas em assentamentos do INCRA por Brasil (1997), Bruno e Medeiros (2001), Zinga (2004) e Oliveira (2007). Assim é possível inferir sobre a existência de possíveis falhas nesta modalidade de reforma agrária executada pelo INCRA que não garante condições mínimas de infraestrutura às famílias assentadas, contribuindo com os altos índices de evasão.

As causas de evasão verificadas apenas no Provi foram: impossibilidade de pagamento da dívida a partir da renda gerada no PRA, ausência de recursos financeiros para manter a família no PRA e documentação irregular. Estas causas estão relacionadas às características deste modelo de reforma agrária, com destaque para implantação do programa em sistema coletivo, uma vez que as famílias não conseguem obter renda suficiente para pagar as dívidas e manter seus dependentes ao mesmo tempo. Outro fator é que o programa e os associados permitem a entrada de novas famílias sem propiciar às mesmas condições mínimas de sobrevivência igualmente às proporcionadas no início da criação do projeto.

Comparando as causas de evasão apontadas pelas pessoas que se evadiram do Barranco do Mundo e Provi, não foi possível verificar semelhanças em ambos os projetos. Contudo, constatou-se concordância de opinião nas causas de evasão apontadas pelas pessoas que se evadiram e as que permaneceram quanto à ineficiência do “sistema coletivo” no Provi.

4. Considerações Finais

O trabalho desenvolvido nas páginas anteriores teve como objetivo geral verificar as principais causas associadas à permanência e à evasão de famílias beneficiárias de projetos da reforma agrária, tomando como referência dois projetos de reforma agrária criados pelo INCRA e pelo

programa Crédito Fundiário. Especificamente pretendeu-se analisar as causas de evasão e de permanência, assim como também estabelecer uma análise comparativa entre as causas de evasão e permanência entre um projeto de reforma agrária do INCRA e outro do Crédito Fundiário.

Os percentuais de evasão encontrados nos projetos de reforma agrária Barranco do Mundo e Provi podem ser considerados elevados, uma vez que foram superiores a 70%, o excedente de 30% aponta para uma baixa eficiência quanto à permanência das famílias na terra.

No contexto geral, as principais causas de evasão no PRA Barranco do Mundo criado pelo INCRA são reflexos das condições de infraestrutura e problemas vivenciados pelas famílias, que poderiam ser evitados caso o órgão responsável executasse a política de assentamentos rurais, visando, além do acesso a terra, a possibilitar qualidade de vida às famílias beneficiárias.

No tocante às causas de evasão verificadas pelas famílias que permanecem no Provi, elas estão relacionadas origem não rural, atribuída segundo alguns moradores por problemas na seleção. Para as famílias que saíram a principal causa de evasão verificada refere-se ao modelo de organização coletiva e à prática de atividades coletivas produtivas, sociais, administrativas e financeiras, contudo, sem antes verificar a experiência e afinidade dos associados a tais regras.

Na comparação dos dois casos estudados, cada um relativo a distintas modalidades de reforma agrária frente às causas de evasão, foi possível perceber cenários diferentes contribuindo para a evasão. No Barranco do Mundo, o alto índice de evasão é possivelmente causado pelos problemas de infraestrutura, já no Provi a evasão está ligada principalmente à não origem rural, que implica no processo de seleção e à falta de liberdade das famílias para terem seu próprio lote e, conseqüentemente, optarem por sistemas de produção de interesse, podendo este ser individual ou coletivo. A realidade das famílias do Provi explicita que mesmo melhores infraestruturas e proximidade do centro urbano não sejam suficientes para

garantir maior permanência das famílias. Os órgãos responsáveis pela reforma agrária de ambos os projetos contribuíram, a partir de suas ações, para ocorrência de casos de evasão e, conseqüentemente, no desenvolvimento do projeto: o INCRA por não ter desempenhado suas funções conforme previsto nas fases do assentamento, resultando na precariedade de infraestrutura; e o Banco da Terra por apoiar a criação de assentamentos com sistemas coletivo, sem avaliar previamente a experiência e afinidade das famílias envolvidas à este sistema.

Levando em consideração que um dos objetivos da reforma agrária é proporcionar o desenvolvimento aos beneficiários desta política, a modalidade da RAM, verificada a partir da realidade das famílias do Provi, não proporciona tal desenvolvimento, uma vez que as famílias são privadas da liberdade de viver e agir conforme anseiam; tampouco a modalidade do INCRA proporciona tal desenvolvimento, uma vez que a maioria das famílias sobrevive sem condições de infraestrutura (sem acesso a transportes, água, energia elétrica e escola).

O processo de evasão visualizado, a partir da realidade dos projetos nesta pesquisa, possibilita a percepção de que programas de reforma agrária necessitam ir além da distribuição de terras, proporcionar condições mínimas de infraestrutura econômica, social e produtiva, uma vez que a vivência das dificuldades e problemas no cotidiano geram insatisfações, podendo influenciar na evasão em busca de melhores possibilidades de vida. Neste sentido, é necessário que os órgãos responsáveis pela execução da reforma agrária operem conforme previsto nos planejamentos institucionais, cumprindo com suas atribuições, levando em consideração que qualquer imposição de modelos de organização social, trabalho, econômico ou administrativo, que interfira na liberdade das pessoas para fazer suas próprias escolhas, pode tender ao insucesso.

Em síntese, verificou-se a ocorrência de casos de evasão em ambos os projetos de reforma agrária estudados, levando a entender que as possíveis causas podem depender da ação dos órgãos responsáveis, assim

como também da intencionalidade, afinidade e limites associados a cada pessoa que adere aos programas.

A evasão vista a partir de ações pessoais dos beneficiários da reforma agrária não deveria ser analisada de forma negativa, na medida em que um assentamento não é criado com o objetivo de se tornar a última moradia de uma família. Por outro lado o ser humano tem uma cultura migratória com forte tendência de estar em constante busca de melhores possibilidades de vida, almejando o crescimento e o desenvolvimento, valorizando seus sonhos e princípios. Destarte, quando o projeto de assentamento não for capaz de possibilitar condições mínimas de infraestrutura e, conseqüentemente, de vida de qualidade às famílias, a evasão passa a ser uma alternativa ainda mais viável para elas.

5. Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Assentamentos: desarmar a lógica destrutiva. **Folha de São Paulo – Caderno Dinheiro**, 20 out. 2004, p. 2.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Princípios e diretrizes do Programa Crédito Fundiário**. Brasília, 1997.

BRUNO, R.; MEDEIROS, L.S. **Percentuais e causas das evasões nos assentamentos rurais**. Brasília: INCRA/FAO, 2001. 40 p. (Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO).

CABRAL, M.M. **Diagnóstico da participação do gênero feminino nas atividades dos assentamentos Barranco do Mundo e Pericatu, em Pium-TO**. 2003. 48 f. Monografia (Graduação em Agronomia) – Fundação Universidade Federal do Tocantins, Gurupi, TO.

CARNEIRO, M.J. Ruralidades: novas identidades em construção. **Estudo Sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, n.11, out 1998.

DOMINGUES NETO, M. **O novo mundo rural**. In: MARTINS, M.D. (Org.). **O bando mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004. 223 p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **I Censo da Reforma Agrária do Brasil**. Brasília: Ministério Extraordinário de Política Fundiária, 1996.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Situação fundiária do país**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/publicacoes/0129300437.pdf>>. Acesso em: maio 2009.

MARTINS, J.S. **Travessias**: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

MEDEIROS, L.S. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ/UNRISD, 2002.

MELLO, P.F. **Evasão e rotatividade em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul**. 2006. 228 f. Tese (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

MELLO, P.F. Rotatividade em assentamentos rurais. **Raízes**, Campina Grande, v. 25, n. 1/2, p. 55-64, 2007.

OLIVEIRA, M.L.R. **Retratos de assentamentos**: um estudo de caso em assentamentos rurais formados por migrantes na região do entorno do Distrito Federal. 2007. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ.

RESENDE, M.; MENDONÇA, M.L. As políticas do Banco Mundial são iguais em todo o mundo. In: MARTINS, M.D. (Org.). **O banco mundial e a terra**: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004. 223 p.

SAUER, S.; PEREIRA, J.M.M. A reforma agrária de mercado do Banco Mundial no Brasil. **Revista Proposta**, ano 30, n. 107, 2006.

VEIGA, J.E. **O que é reforma agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZIMMERMANN, N.C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, L. et al. (Org.). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994.

ZINGA, M.R.M. **Um estudo de caso sobre as causas da permanência e da desistência no assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos**

Goytacazes, RJ. 2004. 120 f. Tese (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos de Goytacazes, RJ.